

Frota nega que Sarney queira eleições em 88

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney continua defendendo os cinco anos para seu mandato e o sistema presidencialista de governo. Foi o que disse ontem o porta-voz Antônio Frota Neto, para quem as informações de que Sarney estaria articulando a convocação de eleições gerais para o ano que vem podem ter o objetivo de "lançar uma cortina de fumaça em cima de um fato novo, que é a formação do Centrão".

Também o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, assegurou que o presidente está "irredutível" na defesa dos cinco anos. A expectativa do governo, de acordo com o ministro, é de que a Constituinte estabeleça para Sarney o mesmo tempo de mandato previsto nas disposições permanentes para presidente da República, ou seja, cinco anos.

Já o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, revelou que Sarney ficou muito irritado com o noticiário dos jornais deste final de semana, de que ele admite eleições presidenciais no ano que vem. Depois de

conversar com o presidente, Sant'Anna foi autorizado a fazer o desmentido "com a maior firmeza".

Os coordenadores da chamada "operação primavera" — principalmente José Richa e Cid Carvalho — continuam insistindo em que o governo deveria concordar com as eleições em 88. No PFL, alguns líderes até já definiram a melhor data para a realização do pleito: 120 dias após a promulgação da futura Constituição.

Os integrantes do Centrão apresentarão hoje um projeto de resolução para modificar o regimento interno da Constituinte. O objetivo é criar condições para aprovar, em plenário, o sistema presidencialista de governo, já que o parlamentarismo passou no capítulo das disposições permanentes da Comissão de Sistematização. O Centrão acredita na vitória do presidencialismo no plenário, mas admite que será difícil aprovar os cinco anos para Sarney. No levantamento coordenado pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), dos mais ligados ao presidente da República, não há tendência nítida entre parlamentaristas e presidencialistas.

Afif é favorável à renovação geral

O deputado constituinte Afif Domingos (PL-SP) reafirmou ontem, em Londrina, ser favorável à convocação de eleições gerais em 1988, e não só para presidente da República, para dar legitimidade ao Congresso, porque "tem muita gente que foi eleita pelo estelionato eleitoral do ano passado". Quanto ao parlamentarismo, "não que seja contra", mas a introdução desse regime agora seria "um golpe nos interesses do povo", afirmou, fazendo ver que somente eleições diretas podem acabar com a representação desproporcional ora existente no Congresso.

Ele observou que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm 292 parlamentares representando 23 milhões de eleitores, mas o Sul e o Sudeste, com 43 milhões de eleitores, contam com apenas 266 representantes. Afif destacou que o parlamentarismo é a forma de atender aos interesses de parlamentares que "estão mais agarrados aos cargos do que chicletes".

PFL gaúcho, cada vez mais distante

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, formalizou sua posição de defesa das eleições diretas para a Presidência da República em 1988. Em nota oficial da comissão executiva regional do PFL gaúcho — da qual ele é presidente —, elaborada para divulgar os resultados da reunião de sábado em Porto Alegre, a realização do pleito é considerada um desejo de toda "a sociedade brasileira".

Antes da reunião, Chiarelli revelou que passaria a defender a tese no caso de rejeição, pela Comissão de Sistematização, da sua emenda determinando que o trabalho final da Constituinte deve ser submetido a um plebiscito. A emenda começará a ser apreciada no domingo. A comissão executiva do PFL gaúcho acatou também uma proposta da bancada estadual de rompimento, a nível regional, com o governo e a entrega de todos os cargos federais no estado. Mesmo assim, a executiva decidiu convocar, para o dia 12 de dezembro, uma convenção extraordinária para ratificar o rompimento.

Moreira evita falar de mandato

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Depois de elogiar a competência da imprensa carioca, "que descobriu a tempo" a existência de uma reunião que se pretendia sigilosa, e de informar que o próprio Ulysses Guimarães, surpreendido, telefonou de Brasília para saber o que acontecia no Palácio Laranjeiras, o governador Moreira Franco preferiu, na coletiva de ontem à tarde, contar muito pouco e tentar afastar da conversa o problema da duração do mandato de Sarney. Moreira Franco disse até que a duração do mandato de Sarney só foi falada "depois que Ulysses Guimarães, pelo telefone, contou que o assunto deve ser votado pela Comissão de Sistematização até terça-feira da próxima semana".

Um pouco mais explícito do que o governador fluminense, Waldir Pires, da Bahia, disse aos jornalistas que a situação política já não é a mesma existente durante a reunião dos governadores, quando foi defendida a tese dos cinco anos de mandato. "O importante é defender a autonomia da Constituinte — afirmou — e, por isso mesmo, apressar seus trabalhos, para livrá-la das pressões que têm surgido." Waldir Pires não quis explicar quem é que exerce essas pressões, mas afirmou que a situação "é séria", que há um processo grave de desgaste do governo, e que é preciso defender a soberania da Constituinte, que é "a safada para a crise política". A situação complicou-se em relação à existente por ocasião do manifesto dos governadores, disse, por causa do arrocho salarial, dos acordos para a dívida externa, com os quais não concorda, o desemprego e o quadro de recessão, com a queda dos investimentos, "que geraram um panorama muito grave".

MANDATO E AUTOLATINA

Na entrevista que concedeu ontem à tarde no Palácio Guanabara, Moreira Franco foi mais cauteloso do que Waldir Pires, e nem mesmo defendeu uma das suas mais antigas teses, a de que a duração do mandato de Sarney depende principalmente dos rumos que a crise brasileira tomar.

Preocupado em apresentar a reforma tributária como um dos pontos principais da reunião — elogiou muito a decisão da Constituinte, afirmando que sem essa reforma não haveria democracia —, declarou-se outra vez a favor do presidencialismo e defendeu, caso o parlamentarismo seja aprovado, a convocação de um plebiscito, pois o povo "já se pronunciou pelo presidencialismo". Garantiu ainda que defenderá a tese de eleições congressuais no ano que vem, se o parlamentarismo for mantido, "pois o atual Congresso não foi eleito para isso".

Moreira Franco analisou também o fracasso do plano Bresser,



Fernando Bueno — 25/08/87
Moreira Franco



Waldir Pires
O Globo

quando perguntado sobre uma antiga declaração sua de que esse plano "seria a bala de prata do Zorro", isto é, o último tiro que o governo poderia dar contra a inflação. Ontem, confessou que "o tiro ainda está muito longe do alvo". Ele foi, no entanto, muito claro quando abordou o problema da Autolatina. Primeiro defendeu a empresa, dizendo que ela tinha um acordo com o governo, e "acordos são para serem cumpridos". Mas também não deixou de fazer uma crítica, afirmando que foi perigosa a decisão de "partir para a desobediência civil", principalmente porque "transformou um problema econômico em crise política". Assessores seus, no entanto, contaram que o governador não escondeu sua preocupação com o caso, "achando-o gravíssimo, sem precedentes, uma vez que nada de parecido aconteceu nem mesmo no governo de Jango".

Sobre a reunião, confirmou ter sido o responsável por sua convocação, mas negou com veemência que Newton Cardoso tenha sido marginalizado por causa de sua posição favorável ao mandato de cinco anos para Sarney. Disse até já ter conversado durante o dia com Cardoso, e tentado, sem sucesso, falar com Tasso Jereissati, do Ceará. Garantiu que o objetivo é a busca de um caminho comum para os governadores, e que

tentaram manter a reunião sigilosa porque ela "não era para deliberações". Garantiu que não há novos encontros marcados, mas que tem mantido contato por telefone com todos os outros governadores.

Moreira Franco fez sempre questão de não falar sobre sua posição pessoal diante da duração do mandato de Sarney, repetindo que o assunto será decidido na próxima semana. "Tirem da cabeça a idéia de que houve uma coisa orquestrada", pediu, garantindo que o mandato não foi discutido na reunião pois o assunto "é de competência da Constituinte".

"Conversamos muito sobre as dificuldades econômicas e políticas e sobre a necessidade de preservar a Constituinte", enfatizou. "Queremos que os assuntos que não sejam de consenso passem para a legislação ordinária, pois Constituinte não pode nascer com dúvidas. A Assembleia Nacional Constituinte é o único fórum político válido."

Surpreso, Moreira Franco não quis comentar a informação de que Arraes e Pedro Simon dariam entrevistas anunciando que os governadores defenderiam o mandato de quatro anos. "A única vez que se falou em mandato foi depois que Ulysses telefonou e contou que o assunto se-

rá votado na próxima terça-feira, até porque essa posição independe da nossa vontade. O nosso único objetivo é termos uma análise em comum da conjuntura." E continuou: "Sabemos da gravidade da questão econômica e da necessidade de fortalecermos a Assembleia Nacional Constituinte e solicitarmos rapidez no encaminhamento das questões que estão sendo discutidas. Além disso, a necessidade de buscar um ambiente de entendimento na Constituinte, para que a Constituição tenha o que some, deixando o que divide para a lei ordinária. Nenhuma Constituição resiste no futuro se já começa levando sopapo".

Depois de defender a unidade do PMDB, Moreira Franco, utilizando-se de uma velha frase de Carlos Lacerda (sem atribuí-la ao autor), disse que o momento não é o de "bater claras em neve", isto é, fazer crescer os assuntos. Mas reconheceu, "sem querer plagiar o jornalista que usa a expressão, que a crise é grave".

A REUNIÃO

O encontro dos cinco governadores — Orestes Quércia, Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon e Moreira Franco — começou por volta das 21 horas de domingo e terminou à uma da madrugada de ontem. Os primeiros a sair foram Simon e Quércia. O governador paulista ainda ameaçou falar aos repórteres que aguardavam na porta do palácio, mas depois desistiu. À 1h10 saiu Arraes. Logo depois veio Waldir Pires, que não se negou a dizer algumas palavras, mas só na manhã de ontem se dispôs a receber os repórteres que o esperavam à porta de sua casa, na avenida Atlântica.

Ontem à tarde, já em Porto Alegre, Pedro Simon comentou o encontro dizendo que a sua principal conclusão é que o "importante é fortalecer a Constituinte". É "necessário, básico, importante, que a Constituinte conclua o seu trabalho". É obrigação dos governadores "darem força para que resulte dela um trabalho que se identifique com o pensamento da sociedade brasileira. Que seja uma Constituição progressista, que permita ao povo brasileiro avançar rumo à conquista do seu destino", frisou. A duração do mandato e a forma de governo "são assuntos entregues à Constituinte", lembrou Simon, e, por isso, não foram debatidos. Também "nem sequer foi abordado" o tema das eleições diretas para presidente em 88.

Já em Recife, Miguel Arraes rejeitou com veemência a idéia de eleições gerais, lembrando ser fundamental o direito ao voto. Sem esse respeito, disse, "estaremos ajudando as forças do retrocesso e não do avanço democrático". E confirmou que a principal conclusão do encontro foi a de dar todo o apoio à Constituinte como uma forma de encontrar uma saída para a situação nacional.

Minas, 'voz do bom senso'

"Nas horas graves e de dificuldades nacionais é preciso haver uma voz de bom senso no País. E Minas, nestas horas, sempre fala", afirmou ontem o governador Newton Cardoso ao justificar, em Belo Horizonte, o discurso que fez na última sexta-feira, quando criticou até mesmo o seu partido, o PMDB, na defesa do mandato de cinco anos para o presidente Sarney e do sistema presidencialista de governo.

Após afirmar que "Minas é o bom senso", disse: "Quando Minas fala, é como o uirapuru que, no meio do

Amazonas, raramente canta, mas quando canta, outros pássaros vêm ver o seu cantar". Assim, o governador de Minas espera que outros governadores, seguindo o seu "cantar", também manifestem publicamente seu apoio ao mandato pretendido por Sarney e ao regime presidencialista de governo. Na opinião de Cardoso, que iniciou uma consulta aos 53 deputados federais e três senadores por seu estado para saber qual o apoio que poderá, de fato, emprestar a Sarney no plenário da Constituinte, o parlamentarismo seria "golpe".